

AS18156

**Entrevista** >> POR **GERALDO NASCIMENTO** gnascimento@redegazeta.com.br

**Rodney Rocha Miranda** >> SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO

# “Não acredito que a criminalidade tenha aumentado”

Para o secretário, a violência parece pior do que é no Estado

MARCOS FERNANDEZ/ ARQUIVO



“O que está aumentando é a sensação de insegurança, provocada pela periculosidade e letalidade dos criminosos”

judiciário. Defendo uma modernização do sistema. Por que o delegado de polícia não tem fé pública? Por que ele não pode relatar que fulano disse isso e aquilo, e encaminhar para a justiça? Por que não pode expedir mandado de busca, se ele pode determinar a prisão de uma pessoa? Muitas vezes se perdem oportunidades por conta disso.

■ ■ **Essa mudança não favoreceria mais injustiça?**

Se o delegado falhar, que responda por isso. Criem-se mecanismos mais fortes para coibir abusos. O problema é que quem está pagando por isso é a sociedade. O envelhecimento da população brasileira não é só por conta do aumento da expectativa de vida da população, mas também porque nossos jovens estão ficando pelo caminho, principalmente pelo envolvimento com drogas.

zem outros estados, não entra na minha cabeça. Em alguns lugares, encontro de cadáver entra como suicídio. Prefiro apanhar pelo número alto. Mas eu não me sinto bem com isso porque reflete uma imagem, fora do Estado, que não é a realidade daqui.

■ ■ **Como não?**

Não é a realidade. Eu conversei outro dia com o capitão Rodrigo Pimentel (um dos roteiristas do filme “Tropa de Elite”), e ele me disse que passou uma semana em Vitória e não se tem a sensação de insegurança que se percebe no Rio, em São Paulo ou em Minas Gerais.

■ ■ **O que a população pode esperar deste governo na área de Segurança?**

A população pode esperar a intensificação ainda maior do

## Quem é Rodney Miranda

■ ■ **PERFIL.** Rodney Miranda é delegado licenciado da Polícia Federal, tem 43 anos, é natural de Brasília, casado, pai de quatro filhos e policial de carreira

■ ■ **FORMAÇÃO.** Formado em Administração de Empresas e em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF e pós-graduado em Carreiras Jurídicas pela Escola Superior da Magistratura do DF (1996)

■ ■ **CARREIRA.** Foi agente da Polícia Civil do Distrito Federal durante 12 anos, e um dos responsáveis pela estruturação do Departamento de Repressão a Entorpecentes. Trabalhou no Departamento do Crime Organizado, ambos em

Brasília. Em 1999, ingressou na Polícia Federal, onde atuou como agente, instrutor da Academia Nacional de Polícia Federal e delegado, cargo do qual está licenciado

■ ■ **SECRETARIA.** Rodney Miranda ocupou a pasta da Segurança Pública no Estado de 2003 a 2005, quando foi exonerado durante o episódio do grampo na Rede Gazeta. Retornou à secretaria em maio de 2007

■ ■ **PERNAMBUCO.** Um mês depois de deixar o Estado, em 2005, Rodney assumiu a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, onde ficou até dezembro de 2006. Em janeiro de 2007, foi para a Secretaria Municipal de Defesa de Caruaru (PE), onde ficou até voltar ao Estado

■ ■ Em maio de 2007, Rodney Rocha Miranda, 43 anos, assumiu pela segunda vez o desafio de comandar a Segurança Pública no Espírito Santo. Tarefa nada fácil em um estado que registra uma média diária de cinco assassinatos e que, em dados divulgados no início do ano passado, tinha quatro cidades - Cariacica, Serra, Viana e Vitória - entre as 20 mais violentas do País.

Quase dois anos depois, a meta de reduzir em 10% ao ano o número de homicídios, determinada no início do governo Paulo Hartung - e nunca alcançada -, parece cada vez mais distante. Agora, o secretário já fala em ficar satisfeito se deixar a casa arrumada para os sucessores, aparentando pouca expectativa de alcançar a redução até o final do ano. Para ele, a sensação de insegurança no Estado não corresponde à realidade da violência nas ruas - segundo ele, menos assustadora do que dizem os números, que ele também questiona, afirmando que, ao contrário de outros estados, no Espírito Santo os dados não são mascarados pelo governo.

#### ■ ■ Quais são os principais desafios da área no Estado?

Em 2003 nós lançamos um plano de segurança, de enfrentamento da violência, para os problemas mais críticos: homicídios, crimes contra o patrimônio e as drogas. Além desse enfrentamento, também estamos trabalhando na abertura de canais de comunicação com a população, na integração das forças policiais, e na prevenção, como articuladores, para que a gente evite que crianças e jovens, principalmente, entrem no caminho do crime.

#### ■ ■ E a polícia?

Polícia cuida das consequências da violência. Portanto, se as causas não forem combatidas, se não houver a prevenção, nós não vamos ter polícia que baste, não vamos ter presídio que baste, não vamos ter justiça ou ministério

“**Eu tenho consciência de que nem todos os resultados que a gente desejava a gente vai conseguir numa gestão**”

público que bastem. Desse último ano para cá, nós temos trabalhado mais próximo dos municípios, que têm um papel fundamental nessa prevenção. Oferecemos uma série de opções e de oportunidades para que trabalhem junto com a gente. Tanto na mal-falada Lei Seca, quanto incentivando guardas municipais, trabalhando nos projetos de prevenção, enfim, o que a gente não pode, não tem pernas para isso, e não tem a mesma capilaridade dos municípios, é assumir o papel de protagonistas, principalmente nas bases, em áreas de periferia, onde ocorrem os crimes mais graves.

#### ■ ■ Por que essa participação dos municípios ainda não acontece de fato?

Porque, por décadas, houve uma compreensão errônea da Constituição, quando coloca que a segurança pública é dever do estado. É dever do estado brasileiro, portanto um dever compartilhado entre todos os entes federados. Por muito tempo também houve um jogo de empurra. Quando foram definidos percentuais de recursos vinculados para Saúde e Educação, não foi feito o mesmo para a Segurança Pública. Diante disso, municípios, e até a União, em alguns momentos, se colocaram à parte desse problema. Colocaram a secretaria de estado como o Estado, e os estados, nessa ânsia de chamar os outros parceiros para participar, acabaram deixando a questão de lado. Mas hoje, estamos percebendo cada dia mais integração para formar uma bar-

reira contra a entrada no crime.

#### ■ ■ Os números mostram que a criminalidade continua aumentando no Estado...

Eu não acredito que a criminalidade tenha aumentado, não. Nas últimas décadas, a criminalidade aumentou na mesma proporção em que houve uma ocupação desordenada das cidades, a criação de grandes centros urbanos de maneira não planejada, sem considerar os problemas que surgiriam no futuro. Foi-se empilhando muita gente, em pouco espaço, gerando conflitos, e isso, acrescido de drogas e armas, causa tragédias urbanas, como a gente vê.

#### ■ ■ Mas então aumentou?

O que está aumentando é a percepção de insegurança, causada por dois aspectos: o aumento da periculosidade dos criminosos - até pouco tempo atrás o crime era restrito a alguns guetos, hoje não, há crianças de 7, 8 anos, fazendo avião em colégios, indo armadas para a escola... Outro motivo é o aumento da letalidade, com o acesso a armas mais poderosas, mais fortes, ou seja, o estrago causado por uma ação que antes seria de menor impacto, hoje é maior.

#### ■ ■ O que está sendo feito quanto a isso?

Acabei de sair de uma reunião com o pessoal da Ufes, que está realizando uma pesquisa de vitimização, cujas conclusões estão mostrando alguns caminhos que, encampados pela socieda-

“**Hoje, temos uma parte da nossa equipe policial voltada para cuidar de presos, num sistema que está à beira do colapso**”

de, vão nos trazer resultados em médio e curto prazo. Ao mesmo tempo estamos realizando um amplo trabalho de diagnóstico para entender as raízes dessa violência, entender, por exemplo, porque o jovem entra no crime.

#### ■ ■ Essa percepção da insegurança é generalizada?

As classes menos favorecidas percebem os homicídios. Estão matando e morrendo por ali, principalmente em bairros mais violentos. A classe média e a classe alta percebem os crimes contra o patrimônio, como roubos, sequestros relâmpago. A classe que mais sofre é a que tem menos voz, digamos assim. Por isso a importância desses trabalhos de vitimização, de diagnóstico, para ouvir esse pessoal.

#### ■ ■ Como resolver isso?

O que resolve é o envolvimento da sociedade, é cada ator público ter uma postura pró-ativa em relação ao crime. Mas eu tenho consciência que perto da estrada que nós pegamos, totalmente intransitável, a gente avançou muito. Conseguimos tampar vários buracos, recapear muitos trechos, mas ainda há vários obstáculos para a gente suprir, e, talvez, o máximo que a gente faça até 2010 é conseguir construir uma estrada transitável.

#### ■ ■ Por quê?

Porque é muito difícil... A legislação processual incentiva a impunidade. Hoje, só pobre vai para a cadeia. Um exemplo: o índice de resolução de homicídios é da ordem de 40% no Espírito Santo. Ainda é baixo. Mas é altíssimo em relação a vários estados, que não chegam a 10%. O número de julgamentos desses casos, não chega a 20%. Isso não é culpa do judiciário. É culpa da legislação. São tantos recursos seguidos dentro do processo... E quando falo da legislação, falo do inquérito policial também, que hoje é arcaico, trabalhoso, extremamente burocratizado, e que é revisto integralmente pelo

#### ■ ■ Mas se essa relação entre mortes e drogas é a mesma de outros estados, por que no Espírito Santo se mata tanto?

A gente não pode esquecer que o Espírito Santo teve até pouco tempo atrás esquadrões da morte, teve Scuderie Le Coq, sofria nas mãos do crime organizado que não agia somente ao absorver recursos públicos, mas também em mandar matar. Criou-se uma cultura de pistolagem, o Estado sofreu com a urbanização sem planejamento, e isso está gerando reflexos até hoje. Outra coisa: aqui não se mascaram as estatísticas. Eu prefiro mil vezes apanhar por um crescimento relativo ou pela estabilização dos números no alto, como está acontecendo, do que amanhã ou depois pecar por falta de transparência.

#### ■ ■ Em 2010 já vamos perceber uma redução nos índices?

Não sei se de 2009 para 2010, ainda. Em relação aos homicídios, a gente está estabilizado no alto em relação ao ano passado, e vamos divulgar nos próximos dias os números do ano passado, mas acho que em 2010, mês a mês a gente pode perceber melhoras. Ainda em 2009, vamos perceber os investimentos que estão sendo feitos no sistema prisional. Hoje, temos uma parte da nossa equipe voltada para cuidar de presos, num sistema que está à beira do colapso. Antes, tentamos soluções paliativas. Agora estamos com uma política, testada e aprovada no Estado de São Paulo, que é o Centro de Detenção Provisória (CDP), unidade com tecnologia de ponta, que a gente sabe que vai dar certo.

#### ■ ■ Como o senhor se sente quando vê que o Espírito Santo lidera rankings de criminalidade?

Preocupado, embora não confie em todas as metodologias usadas para fazer esses rankings. Desconsiderar mortes em confronto com a polícia, como fa-

nosso trabalho. A certeza de que estamos montando toda uma condição para melhorar a segurança pública do Espírito Santo. Se puder colher frutos agora, ótimo. Se não puder, mas conseguir entregar uma Segurança mais redonda, vou ficar satisfeito.

#### ■ ■ O senhor acredita que cometeu algum erro nesse tempo à frente da Secretaria?

“**A legislação processual penal é um gargalo. Incentiva a impunidade. Hoje, só pobre vai para a cadeia**”

Sim, isso faz parte. Só erra quem faz. E prefiro isso a ser omissivo. Mas estamos trabalhando para, se errarmos, cometermos erros novos, e não repetir os velhos.

#### ■ ■ O que o senhor pretende com as mudanças nos comandos das polícias civil e militar?

Com todo o respeito aos que saíram, busquei no delegado Júlio César Oliveira (novo chefe de Polícia) a operacionalidade. É um homem de rua.

#### ■ ■ E quanto às críticas em relação à nomeação dele, que foi citado na CPI do Narcotráfico?

Eu analisei bem o nome do doutor Júlio, pesei bem, conversei com o governador sobre ele, dei a chance dele ser ouvido, que é o que ele lamenta em relação a essas críticas pontuais que recebeu. Ele explicou, não vi culpabilidade nenhuma, mas não teríamos problema nenhum em cortar na carne se houvesse algum problema.